

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 560 - Brasília, quarta-feira, 8 de outubro de 1997

## CCJ prorroga Fundo de Estabilização

*Líderes do governo e da oposição buscam forma de isentar municípios. Representantes dos prefeitos destacam, em audiência pública na comissão, que perderam para a União R\$ 3 bilhões em dois anos e meio*



Intenso debate marcou a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Por 16 votos a quatro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal até 31 de dezembro de 1999, com efeito retroativo a 1º de julho último.

Renan Calheiros, relator da matéria, defendeu a manutenção do FEF como condição de sucesso do Plano Real. Representantes dos municípios pediram, em audiência na CCJ, que estes fossem excluídos do FEF. Os líderes governistas e da oposição buscam forma de viabilizar a reivindicação.

A proposta que prorroga o FEF vai agora ao plenário, para discussão em primeiro turno. **Páginas 4 e 5**

**TCU examinará privatização de 250 jazidas**

Página 7

**Aposentado poderá dispor do FGTS**

Página 6

**Emenda sobre magistrados será votada hoje**

Página 3

### Francelino Pereira e Geraldo Melo ganham condecoração militar

Em solenidade com as participações do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, no Clube do Exército, os senadores Geraldo Melo e Francelino Pereira e o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, foram condecorados ontem com a Ordem do Mérito Forças Armadas.

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Benedito Bezerra Leonel, condecorou também os ministros da Agricultura, Saúde, Planejamento e Reforma Agrária e os governadores da Bahia, Rio de Janeiro e Ceará.

Oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica condecoraram os demais agraciados, entre eles os ex-jogadores de basquete Oscar e Hortência.



### Incentivos às montadoras serão avaliados

A subcomissão da CAE que examina a política de incentivos à instalação de empresas pelos governos estaduais insistiu ontem na intenção de que todos os estados abram os protocolos assinados com as montadoras de veículos, para levantar os benefícios fiscais diretos e indiretos oferecidos. Sob a presidência do senador Osmar Dias (primeiro à esquerda, ao lado do relator Wilson Kleinübing, na foto), a subcomissão ouviu secretários do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Página 7



## ACM abre exposição "Cem anos de Canudos"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem a exposição de documentos históricos "Cem Anos da Guerra de Canudos", organizada em conjunto pelas Bibliotecas e Arquivos das duas Casas do Congresso Nacional, e que coloca à disposição dos pesquisadores e do público documentos

inéditos, especialmente sobre a posição do Legislativo.

ACM disse que a exposição, aberta aos interessados no saguão da Biblioteca do Senado, é uma expressiva contribuição à interpretação de um dos episódios mais marcantes da história do país. A exposição é coordenada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

# Reforma da Previdência é votada hoje em 2º turno

*Se for aprovada, proposta segue para a Câmara dos Deputados, onde será submetida a dois turnos de votação*

O plenário do Senado deve fazer hoje a última votação da reforma da Previdência. Se aprovada, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados, onde ainda terá de ser submetida a dois turnos de votação.

Trata-se de um substitutivo que o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), apresentou à proposta que chegou da Câmara dos Deputados. O ponto que deve gerar hoje mais polêmica no plenário é uma emenda destinada a suprimir três palavras ("no que

couver") de um artigo, o qual, se mantido, permitirá que juizes e promotores tenham aposentadoria diferenciada do restante dos servidores públicos.

Em linhas gerais, a reforma da Previdência introduz no país a idade mínima para aposentadoria pelo INSS e nos serviços públicos (60 anos para homem e 55 para mulher), cria uma redutor de até 30% na aposentadoria de funcionários públicos e acaba com a aposentadoria proporcional por tempo de serviço.



Beni Veras: substitutivo

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição"; "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA, no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas, estado de São Paulo; discussão"; "PLS nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques"; e "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica"; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo"; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País"; "PEC nº 32/96, que cria o serviço civil obrigatório"; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal"; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais"; "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais"; "PLC nº 91/96, que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar"; e "PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 11, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União"; "PLS nº 265, que dispõe sobre a dedução dos valores pagos a entidades de previdência privada na declaração anual de rendimentos da pessoa física"; "PLS nº 32, que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes"; "PLS nº 83, que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da previdência social"; e "PLS nº 167, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores. Sala 09 - Ala

Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação de Projetos de Lei de Créditos Adicionais e o Parecer Preliminar do Orçamento/98. Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quinta-feira (09.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 20º aniversário da criação do estado de Mato Grosso do Sul Orador: Ramez Tebet.

Ordem do Dia: apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLC nº 43/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados"; "Projeto de Resolução nº 116/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,9 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé, Rio Grande do Sul; e "Projeto de Resolução nº 121/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 11,8 milhões.

### COMISSÕES

Quinta-feira (09.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país"; "PLS nº 54/97, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio"; "PLS nº 239/96, que dispõe sobre o uso de legenda fechada na programação televisiva brasileira"; "PLS nº 251/96, que dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão"; e "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância

Quinta-feira (09.10.97)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação de Projetos de Lei de Créditos Adicionais e o Parecer Preliminar do Orçamento/98. Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Sueli

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

O presidente do Senado está confiante na derrubada em plenário da aposentadoria especial para magistrados, incluída na reforma da Previdência. Ele mandou carta pessoal a cada senador pedindo sua atenção

## ACM crê na aprovação de sua emenda hoje



Rocha: servidores perderam

### Rocha é contra privilégio para juiz

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou que não estará hoje em plenário, durante a votação da reforma da Previdência, porque tem um compromisso marcado há tempos em São Paulo. No entanto, anunciou ser contra a aposentadoria especial para magistrados.

- Se estivesse no plenário, votaria a favor da supressão da frase "no que couber", que dará chance a que os magistrados tenham aposentadoria diferenciada da dos servidores - disse.

Sebastião Rocha explicou que votou, no primeiro turno, a favor do projeto global da reforma da Previdência, incluindo a expressão "no que couber", porque seu partido defendia a paridade no funcionalismo. "Como a paridade não foi aprovada, é coerente mudar nosso voto sobre os magistrados", explicou.

- Com a reforma, os servidores não perder muito e eles só vão perceber isso muito tarde. Lamentavelmente, a reforma da Previdência não teve uma discussão fora do Congresso - observou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou, ontem, confiança na aprovação, em plenário, do destaque de sua autoria suprimindo do texto da reforma da Previdência a aposentadoria especial para magistrados. A votação está prevista para a sessão de hoje.

- Acredito que o bom senso há de prevalecer. Eu acho que o Senado vai votar com a razão, e a razão manda que os privilégios terminem em todos os setores. Não há mais privilégios no Congresso, consequentemente seria inacreditável se se aprovassem privilé-

gios para a magistratura - declarou o senador.

Antonio Carlos esclareceu por que enviou carta aos senadores solicitando o voto para seu destaque:

- Fiz uma carta afetuosa a meus colegas que tinham votado de determinado modo, pedindo que vissem o que pensava a opinião pública, o interesse do Senado de ocupar posição destacada na política nacional, e pesassem tudo isso na hora de votar - informou.

O senador confirmou a informação de que os magistrados têm procurado os parlamentares, "com uma insistência até

desagradável", na tentativa de convencê-los a manter o texto da reforma da Previdência.

- Eu também fui procurado, mas não vou receber ninguém até que acabe a votação - disse.

O presidente do Senado rebateu a argumentação segundo a qual os magistrados seriam merecedores de tratamento diferenciado.

- Nós somos todos servidores da União, e não há diferença entre juiz, parlamentar e o mais modesto funcionário público. Nós somos iguais, e devemos ter tratamento igual - enfatizou.



Dutra: correção para evitar dúvidas

### Dutra tem 5 emendas mudando o tempo verbal

Cinco emendas de redação foram apresentadas até ontem à reforma da Previdência, para votação de segundo turno, hoje. Elas são de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição.

A maior parte muda o tempo verbal de alguns artigos e o objetivo, conforme o senador, é evitar dúvidas quanto à garantia de direitos adquiridos dos trabalhadores, inclusive quanto às aposentadorias proporcionais e à aplicação da tabela de transição.

Uma das emendas, que José Eduardo Dutra diz ter amparo legal, substitui o valor RS 360,00 por "quantia equivalente ao triplo do salário mínimo", no artigo que limita a concessão do salário-família e do auxílio-reclusão para os servidores que ganham menos que esse valor.

O senador pondera que a moeda do país muda constantemente e a nova redação evitará alterar a Constituição toda vez que se mudar a moeda. Ele assinala que não está vinculando o salário-família ao salário mínimo, mas apontando "para um valor específico, em data certa, sem compromisso de reajustes nas mesmas bases de elevação do salário mínimo".

## Alcântara apela por rapidez nas matérias do Senado na Câmara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mantenha entendimentos com o presidente da Câmara, Michel Temer, sobre o prazo de tramitação naquela Casa dos projetos de autoria dos senadores. A seu ver, essa atitude pode colaborar "para uma maior sinergia entre as Casas do Legislativo".

- Muitos senadores têm-se queixado de que seus projetos, ao chegarem à Câmara, demoram nas gavetas dos deputados e comissões, enquanto propostas semelhantes passam a tramitar com grande velocidade. Isso, muitas vezes, implica o arquivamento das iniciativas do Senado, na desconsideração das propostas dos senadores ou na sua realização como iniciativa de caráter secundário - afirmou.

Para Alcântara, as proposições dos senadores tramitam "com muita dificuldade na Câmara" e, na opinião dele, apesar de ser grande o índice de rejeição das propostas que chegam a ser apreciadas, isso ainda é preferível, pois, ao menos, houve deliberação. "O que assusta é que os nossos projetos não tramitam, ou tra-



Alcântara: Senado mais ágil na tramitação

mitam com lentidão", assinalou. O senador informou que tiveram tramitação finalizada na Câmara dos Deputados, de 1995 a setembro de 1997, pouco mais de 21% dos projetos do Senado que lhe foram remetidos. No mesmo período o Senado concluiu a apreciação de mais de 47% dos projetos submetidos pela Câmara.

Com dados da Secretaria Geral da Mesa, Alcântara esclareceu que o Senado recebeu, em 1995, 141 projetos da Câmara, dos quais 50 foram aprovados e remetidos à sanção do presidente da República; nove, emendados e devolvidos; 12, rejeitados; dois, considerados prejudicados e outros dois retirados de tramitação; e 66 continuam em tramitação.

O senador informou que, em 1996, o Senado recebeu 108

projetos da Câmara, dos quais 44 foram aprovados; seis, emendados e devolvidos; um foi considerado prejudicado e um, retirado de tramitação, continuando em tramitação na Casa 56 projetos originários da Câmara. Em 1997, até

o dia 25 de setembro, o Senado recebeu 50 projetos da Câmara, dos quais 12 foram aprovados e remetidos à sanção do presidente da República; dois foram emendados; um retirado de tramitação; e 35 continuam tramitando.

Alcântara disse que os senadores encaminharam, em 1995, 43 projetos à Câmara, dos quais quatro foram aprovados; 17, rejeitados; e 22 continuam em tramitação naquela Casa. Em 1996, foram remetidos à Câmara, 49 projetos, dos quais dois foram aprovados; dois, emendados e devolvidos ao Senado; e cinco, rejeitados, continuando, assim, em tramitação 40 projetos. Até 25 de setembro de 1997, o Senado remeteu à Câmara 46 projetos e todos continuam em tramitação.

# FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO

## CCJ aprova a prorrogação do FEF

*Municípios poderão ser excluídos do fundo: líderes governistas e da oposição acertam que será tentado acordo neste sentido, por meio de emenda a ser elaborada pela própria CCJ. O relator*

*da matéria, senador Renan Calheiros, disse que o fundo colaborou para o êxito do Plano Real. Representantes dos municípios destacaram perdas financeiras*

O parecer favorável do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por 16 votos favoráveis e quatro contrários. A comissão se reuniu sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A proposição vai agora ao plenário, para discussão em primeiro turno, seguindo-se então a votação, caso não seja apresentada emenda. Se for oferecida emenda em plenário, a matéria voltará à CCJ, para análise das alterações propostas.

Durante a reunião, ficou acertado entre os líderes governistas e da oposição que será tentado um acordo para aprovar uma emenda, elaborada pela CCJ, isentando os municípios do FEF.

Pela proposta do governo, já aprovada pela Câmara, o FEF será prorrogado por dois anos e meio, até 31 de dezembro de 1999, com efeitos retroativos a 1º de julho deste ano, data em que se encerrou a vigência do fundo.

O FEF é composto por 20% do produto da receita de todos os impostos e contribuições da União e de parcelas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Programa de Integração Social (PIS), entre outros recursos.

### DEBATE

Antes da votação, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou uma preliminar, por considerar que a proposta é inconstitucional, pois o prazo do FEF acabou no dia 30 de junho e, segundo argumentou, não há como prorrogar algo que "não existe". A preliminar foi rejeitada por 9 votos contrários e 7 favoráveis.

No encaminhamento da votação, vários senadores debateram a questão. José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a proposta contraria o princípio federativo, pois, a seu ver, "não tem sentido falar em federação sem que os estados e municípios possuam autonomia de aplicação de recursos".

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou não estar convencido de que o FEF será uma coisa provisória e questionou se a aprovação da proposta não seria um estímulo para o governo federal continuar a instituir mecanismos provisórios para obter recursos.

Por sua vez, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou que a comissão estava votando uma proposta "fantasma" e que o governo federal teve tempo para elaborar uma reforma tributária que não prejudicasse estados e municípios.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ponderou que a proposta era inconstitucional e poderia ser facilmente derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. Conforme explicou, ele votara a favor do Fundo Social de Emergência, antiga denominação do FEF, por causa do contexto econômico da época e por acreditar que, mais tarde, haveria uma reforma tributária.

Depois do encaminhamento, Roberto Freire (PPS-PE) propôs um acordo entre governo e oposição visando aprovar uma emenda constitucional autônoma que retire os municípios do FEF, o que também era conteúdo de uma emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra à proposta de prorrogação do fundo.

O relator, Renan Calheiros, ponderou que, se fosse aprovada a emenda de Dutra pelo plenário, a matéria voltaria para a Câmara e não daria tempo de se aprovar o FEF ainda este ano, inviabilizando a sua prorrogação, o que, a seu ver, comprometeria o Plano Real.



A proposta de prorrogação do FEF foi amplamente debatida pelos senadores na CCJ

O senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) disse ser favorável à retirada dos municípios, mas argumentou que era melhor fazer um acordo em torno de uma emenda autônoma nesse sentido. Por outro lado, Du-

tra justificou que a forma mais rápida de resolver a questão era aprovar sua emenda na reunião de ontem.

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, colocou então em votação a emenda de Dutra,

que foi rejeitada por 11 votos contrários e 8 favoráveis. Mas ficou acertada a tentativa de se firmar um acordo com vistas à aprovação de emenda excluindo os municípios do fundo.

## Renan aponta equilíbrio fiscal

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da proposta de emenda constitucional que prorroga o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), afirmou ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que a adoção desse instrumento provisório de desvinculação de receitas representou um êxito para o Plano Real.

- É uma forma de manter uma política fiscal equilibrada e racional, permitindo ao governo alocar mais recursos sem abrir mão do controle de inflação, isto é, não emitindo moeda e nem utilizando recursos oriundos da emissão de títulos para o pagamento de despesas correntes - acrescentou.

Quando às críticas feitas pelos senadores, em particular Josaphat Marinho (PFL-BA), que sustentou a inconstitucionalidade da proposição, Renan Calheiros esclareceu que o presidente da República é



Renan: esforço conjunto

parte legítima para propor emenda à Constituição, não se encontrando o país em vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio, além de que não tende a abolir a forma federativa de Estado: voto direto, secreto, universal e periódico, bem como a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

Durante o debate, o senador Renan Calheiros expôs argu-

mentos a favor da manutenção do FEF. Primeiro afirmou que a aprovação do fundo não mudará nada a constituição, nem usurpará direito dos municípios. Depois lembrou que o FEF não se constitui em um novo imposto, apenas desvincula algumas vinculações constitucionais. Também esclareceu, que o governo fará uma transferência de perdas da Lei Kandir para os estados e municípios, salientando que será preciso esforço conjunto dos municípios, além de realização de mais audiências públicas.

Por último, lembrou que, em relação às dívidas contraídas pelos municípios, a Caixa Econômica Federal está definindo critérios para que se possa negociar essas dívidas com o FGTS, já que muitos desses municípios ainda não as parcelaram.

## FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO

## Municípios perdem R\$ 3 bi em 2 anos

Os presidentes da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Clóvis Assman, e da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, Paulo Ziulkoski, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, que representa a Frente Nacional dos Prefeitos, pediram ontem aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a exclusão dos municípios do Fundo de Estabilização Fiscal, o FEF.

Primeiro a falar na audiência pública promovida pela CCJ para instruir a votação da emenda constitucional que prorroga a vigência do FEF, Clóvis Assman afirmou que, desde março de 1994, os municípios debatem-se com a questão das perdas financeiras decorrentes da implantação do

mente positivo.

- Não há, entretanto, como não admitir que a parcela dos municípios destinada ao FEF fez muita falta às já combatidas finanças municipais, principalmente porque os municípios, ao contrário dos estados e da própria União, não possuem mecanismos para enfrentar os efeitos do Plano Real. Eles não têm o que privatizar, não podem emitir moeda e nem criar impostos ou contribuições sociais.

Clóvis Assman disse, ainda, que desde a Constituição de 1988 os municípios vêm subtraídas suas conquistas.

- Talvez o FEF seja a gota d'água para os municípios demonstrarem sua apreensão com o grande número de contribuições sociais criadas e que diminuem e corroem as bases dos tributos partilhados.

caso não excluam do FEF os municípios, garantam a estes uma compensação.

Já o prefeito Raul Pont apoiou a reivindicação dos representantes das duas entidades, e disse que ela precisava ser situada "no bojo do conjunto de medidas tomadas há alguns anos e de encargos que os municípios vêm assumindo". Ele citou a municipalização da saúde e da educação, e a responsabilidade exclusiva do município em relação à assistência social. Lembrou ainda a extinção de tributos criados para os municípios e a renúncia fiscal praticada nos estados e sobre a qual os municípios não têm qualquer interferência:

- Simplesmente pagamos a conta - assinalou o prefeito.

Pont pediu aos senadores que levem em consideração a situação

de calamidade enfrentada por alguns municípios nos setores de saúde e assistência social, "tendo em vista que a repercussão dos municípios diante do FEF é mínima para o governo federal, mas importantíssima para os municípios".

Durante os debates, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a exclusão dos municípios do FEF e estranhou a prorrogação da vigência de um Fundo "que desde junho não existe mais". Emília Fernandes (PDT-RS) disse que há municípios em situação calamitosa que terão uma perda significativa com o FEF, e declarou que se está "exigindo demais desse país em nome do Plano Real".

Por sua vez, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que, se o presidente da República propôs a prorrogação do FEF, é porque estava compelido por uma necessidade imperiosa. Já o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), fez indagações sobre a perda de receita dos municípios.



Cafeteira: chega de sacrifício



Maldaner: pelo entendimento

### Cafeteira apresenta voto contra prorrogação

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apresentou voto em separado contrário à proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Ele sustentou que houve erro ao colocar-se nas Disposições Transitórias da Constituição a criação do Fundo Social de Emergência, "enquanto forma extra de tomada de recursos dos estados e municípios por parte do governo":

- Não posso concordar em aumentar ainda mais o sacrifício dos municípios e o prejuízo dos trabalhadores. O parecer que ora avaliamos é uma forma de burlar, mais uma vez, o direito constitucional. Significa a continuação de um ato indigno e arbitrário, embora pretenda-se dar a ele ares de legitimidade - reagiu o senador.

Cafeteira acrescentou que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) representará sempre uma forma de, constitucionalmente, garantir algumas medidas que, apesar de necessárias, não caberiam no corpo da Constituição por serem momentâneas. "O direito é transitório e não pode ser perenizado. Os artigos do ADCT, pelo menos imaginava-se, teriam os seus dias contados", explicou.

### Maldaner pede acordo em favor de municípios

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou aos senadores para que encontrem uma fórmula que retire os municípios do FEF, cuja prorrogação por mais dois anos e meio foi aprovada pela CCJ. Para ele, até que a proposição chegue ao plenário do Senado, será possível buscar um acordo que evite mais prejuízos aos municípios. "Senti que há sensibilidade por parte dos líderes do governo nesse sentido", acentuou.

Maldaner explicou que o valor retido pelo FEF que seria destinado aos municípios é de apenas R\$ 261 milhões, "uma quantia ínfima se comparada aos R\$ 30 bilhões previstos para o Fundo", este ano. "Esta Casa pode encontrar o caminho para que a pequena importância atribuída aos municípios fique de fora", disse.

Apesar de apoiar a prorrogação do FEF, o senador ressaltou que, devido ao caráter provisório da medida proposta pelo governo, se faz necessário, paralelamente, votar a reforma tributária. Segundo afirmou, o fundo deve ser mantido para garantir a estabilidade do programa econômico, "mas também para que se avance na questão da reforma".



O prefeito de Porto Alegre (E) expõe aos senadores as dificuldades dos municípios

Fundo Social de Emergência, hoje Fundo de Estabilização Fiscal. Os municípios, lembrou, contabilizam prejuízos e o governo afirma que esses foram compensados com a otimização da economia.

- De tudo o que se depreendeu das incontáveis rodadas de discussões, há um consenso: cerca de 8% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios deixaram de aportar aos cofres municipais.

Clóvis Assman acrescentou que, nos últimos dois anos e meio, a União apropriou-se de R\$ 3 bilhões provenientes de receitas que deveriam ser distribuídas aos municípios. Ele disse que os municípios entendem que o soerguimento da economia é algo extrema-

Por sua vez, Ziulkoski declarou que os 5.506 municípios brasileiros existem na base para prestar serviços e normalmente não são ouvidos. Ele pediu ao Senado que analise a questão da autonomia municipal e, disse, que os municípios recebem hoje o Fundo de Participação "já mingüado".

Ziulkoski destacou que nenhum governador esteve em Brasília para reivindicar a exclusão dos estados do FEF, porque os estados dispõem de outros mecanismos, como a renegociação da dívida interna, para equilibrar suas contas. O presidente da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul afirmou que a renúncia fiscal retira R\$ 4 bilhões das prefeituras, e pediu aos senadores que,

Plenário aprova projeto beneficiando inativo que volta a trabalhar e depois se desliga do emprego. Nesse caso, ele passa a ter o direito de retirar o Fundo de Garantia

## Aposentado pode voltar a sacar FGTS

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza os aposentados que retornam ao trabalho a movimentar seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) caso deixem o novo emprego. Atualmente, o aposentado que volta a trabalhar numa empresa só pode sacar o FGTS em poucos casos, como demissão ou uso do dinheiro para quitar imóvel comprado pelo SFH.

- A medida corrige uma injustiça contra os aposentados, os quais voltam ao mercado de trabalho geralmente para complementar sua renda - afirmou a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta, oriunda da Câmara dos Deputados, recebeu apenas uma emenda de redação. O texto final ainda será submetido aos senadores e, a seguir, será

encaminhado ao presidente da República, para sanção ou veto.

O projeto acrescenta um item na lei que trata do FGTS, para permitir a movimentação do fundo por esses aposentados. A legislação prevê que o fundo poderá ser sacado em dez situações, mas omite a do aposentado que volta a trabalhar. A única referência é para liberar o FGTS quando o trabalhador pede sua aposentadoria.



Emília relatou o projeto

## Suassuna pede mais atenção para saúde e educação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que é incontestável a deterioração da qualidade de vida da população, particularmente no que tange a indicadores básicos como saúde e educação. Ele disse que, ao lado de uma política "consistente, contínua e coerente, é preciso a definição de ações emergenciais, tal o descabimento que atingiu esses setores".

- As justificativas até então apresentadas pelo governo, no sentido de que era preciso consolidar o plano econômico ou aprovar as reformas estruturais do Estado, começam a perder credibilidade, à medida que se torna evidente a inexistência de políticas e programas que dispensem à educação e à saúde as estratégias emergenciais que a situação exige - acrescentou.

Suassuna referiu-se aos dois últimos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observando que o documento deste ano apresentou os indicadores de saúde e educação de 175 países. Conforme o senador, "destaca-se, no caso brasileiro, o contraste entre os indicadores econômicos e os sociais; no ranking do PIB, per capita real, o Brasil alcança o



Suassuna: sinal vermelho no social

68º lugar".

Após salientar que, quanto ao grau de alfabetização de adultos, o país ocupa a 93ª posição, o senador afirmou que o próprio relatório do PNUD mostra que o Brasil continua sendo campeão mundial da concentração de renda. "Os 20% mais ricos da população têm uma renda 32 vezes maior do que os 20% mais pobres", disse.

Citando o relatório do TCU sobre as contas do governo relativas a 1996, Suassuna disse que o governo gastou mais dinheiro no socorro aos bandos do que na área de saúde. "O Proer recebeu do Banco Central empréstimos no valor global de R\$ 14,9 bilhões, enquanto a saúde recebeu R\$ 200 milhões a menos", frisou.

- Urge retirar os programas sociais do governo do plano retórico para efetivá-los na prática - conclamou o senador Ney Suassuna.

## João Rocha busca o controle do TCU sobre Banco Central

O senador João Rocha (PFL-TO) apresentou projeto que altera a Lei nº 4.595/64 - que trata do sigilo bancário -, para obrigar o Banco Central e as instituições financeiras públicas a prestarem informações ao Tribunal de Contas da União, quando requisitadas por, no mínimo, dois terços dos ministros daquela corte. A iniciativa tem o propósito, segundo o senador, de viabilizar a ação de controle externo sobre essas autarquias.

A ação de controle externo é atribuição constitucional do Legislativo, com auxílio do TCU. A lei em vigor que trata do sistema financeiro não explicita, entretanto, a transferência do sigilo bancário a esse tribunal.

- O Banco Central, buscando evadir-se à ação de controle externo, invocou a tutela jurisdicional do Supremo Tribunal Federal. Todavia, entendemos que aguar a solução desse impasse judicial tende a esvaziar a competência fiscalizatória do Congresso Nacional. A seguir na linha de entendimento de alguns, nem mesmo os plenários da Câmara ou do Senado deteriam competência para remover o obstáculo interposto pelo BC com respeito à prestação das informações requeridas - argumenta o senador em sua justificativa.

Pondera João Rocha que "a autarquia Banco Central faz parte da administração indireta do Poder Executivo, não lhe cabendo privilégio a título de sigilo bancário". Argumenta ainda que, ao elaborar a proposta de alteração da lei em vigor, considerou que as informações a serem prestadas não se constituiriam em quebra do sigilo bancário, mas apenas na transferência do mesmo.



João Rocha: transparência

O senador diz ainda que se torna necessária "a intervenção do Congresso para alterar norma infraconstitucional que, no momento, permite entendimentos tendentes a afastar as ações do controle externo". Na sua opinião, a postura adotada pelo BC, a esse respeito, "inviabiliza a transparência necessária para garantir a legitimidade de todos perante a lei".

## Licitação para hidrovía do Marajó anima Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comemorou ontem a abertura de licitação para obras da hidrovía do Marajó, que ligará Belém a Macapá. Conforme o senador, a medida beneficiará grandemente a população do Amapá, facilitando ainda mais o intercâmbio comercial do estado com o Pará.

Ele ressaltou a importância do transporte hidroviário para o país, lembrando que "uma hidrovía extrapola a simples função de transporte para se constituir em um instrumento propulsor do desenvolvimento auto-sustentado". Para o senador, "o bom uso dos rios promove o desenvolvimento regional, cria empregos, estimula a exportação, viabiliza a irrigação, gera energia, reduz a poluição e oferece ambientes para o turismo".

Na opinião de Rocha, a possibilidade de utilização dos rios como estradas é especialmente relevante para a Amazônia, que, assim, "poderá sair do isolamento". Ele acredita que o aproveitamento racional das hidrovias proporcionará um meio de transporte eficiente e barato.

O senador disse que as obras a serem executadas para a hidrovía do Marajó diminuirão a seca que atinge, durante metade do ano, a ilha de Marajó, provocando o êxodo dos moradores. Além disso, o senador afirmou que o estado do Amapá terá redução substancial nos custos dos produtos, em virtude da diminuição no tempo de deslocamento, principalmente daqueles oriundos do Centro-Sul, que antes de chegar a Macapá têm que passar por Belém.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ressaltou a importância da hidrovía, afirmando que "em todo o mundo o transporte mais viável e barato é o hidroviário, enquanto no Brasil se privilegia o transporte rodoviário, que é o mais caro".

## Empréstimos a Minas retornam à comissão

Os senadores decidiram ontem encaminhar para nova análise na CAE dois pedidos do governo de Minas Gerais para tomar empréstimos, no valor total de R\$ 7,6 milhões, destinados a programas de saneamento e construção de casas populares. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) alertou que o Banco Central advertiu em sua comunicação aos senadores que o governo de Minas encontrava-se com sua "margem de poupança real" negativa, o que não é permitido por uma própria resolução do Senado.

A relatora, senadora Júnia Marise (PDT-MG), ponderou que as observações do Banco Central datavam de maio do ano passado e que, desde então, a situação financeira do governo iniciou-se alterou para melhor, inclusive porque implantou um programa de demissões voluntárias de servidores.

Júnia Marise assinalou que serão beneficiados com os recursos, a serem concedidos pela CEF, municípios pobres do Vale do Jequitinhonha. "O Banco Central se baseou em dados colhidos em 1994." A senadora leu ainda documento do presidente do Tribunal de Contas de Minas afirmando que o governo de Minas não estava inadimplente junto a bancos.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), concordou com Roberto Requião e se manifestou contra a aprovação dos empréstimos. Para ele, um dos empréstimos tem valor "de apenas R\$ 2,9 milhões" e mostra "a total falência dos estados brasileiros". Depois que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) também apoiou as argumentações de Requião, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento para que o assunto volte a ser analisado pela CAE, o que foi aprovado pelo plenário.

Plenário aprova requerimento do senador pedindo a apuração de denúncias publicadas pela imprensa em relação a processos de licitação dos direitos de exploração de reservas minerais

## TCU investigará venda de jazidas

O plenário aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, para que o Senado solicite ao Tribunal de Contas da União uma auditoria especial sobre os processos de licitação, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), dos direitos de exploração de 250 reservas minerais do país.

Dutra relata que a *Folha de S. Paulo* publicou matéria no dia 30 de setembro, sob o título "Governo vai privatizar 250 jazidas", com dados "extremamente preocupantes", pois os quatro processos de licitação "contêm graves lacunas e um excesso de generosidade para com a iniciativa privada".

Os preços mínimos de algumas jazidas, conforme o sena-

dor, apresentam-se "inexplicavelmente baixos", como uma mina de nióbio no estado do Amazonas, "que poderá ser comprada pelo valor de três carros importados". Dutra lembra que o nióbio é um metal estratégico que compõe os aços especiais que servem como matéria-prima básica para a produção de foguetes e mísseis.

Além do preço baixo, o líder

do Bloco Oposição assinala que as condições de pagamento "também são inusitadas", com entrada de apenas 10% e pagamento do restante em 15 anos. Dutra observa ainda em seu requerimento que algumas jazidas se encontram em áreas de preservação ambiental e o edital não determina condições de sua proteção.

## CAE investiga "caixa preta" dos incentivos fiscais

A subcomissão da CAE, destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais, reiterou ontem a intenção de que todos os estados devem abrir seus protocolos firmados com as montadoras para levantar os incentivos fiscais diretos e indiretos oferecidos pelas unidades da Federação. A subcomissão, sob a presidência de Osmar Dias (PSDB-PR), ouviu os secretários de Planejamento e da Fazenda do Paraná, Miguel Salomão e Giovanni Gionedis, respectivamente, e um representante da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, Eduardo Grijó.

O secretário de Planejamento do Paraná disse que o protocolo assinado com as montadoras visa transformar a economia do estado, com mais geração de empregos e com maior arrecadação futura de ICMS. Ele acrescentou que atos como doações de terrenos, dilatação de prazos, não-pagamento de correções monetárias e juros são todos legais e foram publicados no *Diário Oficial* do estado.

Já o secretário da Fazenda do estado informou que o propósito de se concederem os benefícios às montadoras é o de industrializar o Paraná e que as medidas adotadas são "uma legítima defesa para com um país que ainda não tem a sua reforma tributária concluída". Ele afirmou que a



Osmar preside subcomissão

perda eventual do Paraná em decorrência da Lei Kandir foi da ordem de 387 milhões de dólares.

Relator da subcomissão, Vilson Kleintübing (PFL-SC) afirmou que o objetivo da reunião é fazer um diagnóstico da situação fiscal dos estados que atraíram montadoras com incentivos e benefícios fiscais para que a CAE possa ter uma radiografia da relação estado/montadora, para pôr fim à "tão falada guerra fiscal e levar, através de relatório, as conclusões para o plenário da Casa".

Os três depoentes responderam a perguntas de Bello Parga (PFL-MA), Levy Dias (PPB-MS), Osmar Dias e Jonas Pinheiro (PFL-MT). Osmar pediu aos secretários que enviem uma relação com os custos e benefícios das montadoras. Também participaram Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Edison Lobão (PFL-MA).

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre o Orçamento da União (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) sobre a segurança nacional, o projeto do governo que reduz a pena para crimes hediondos e a participação de policiais militares nesses crimes (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Ney Suassuna sobre o Orçamento da União (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (vivo)
- 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h35 - "Senado em Pauta"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre o senador Romeu Tuma e o deputado federal Jair Bolsonaro (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

Novas informações para recepção do sinal da TV Senado por antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida), polarização: vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 MHz
- Antena - 3,6m
- PID - Vídeo: 1110/Audio: 1211 per:1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DV
- Symbol Rate - 3,2143Ms/s
- FEC - 3/4

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 15h15 - "Plenário em Revista"
- 15h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

## Miranda: Amazônia pode render saúde e royalties

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) destacou a necessidade da exploração do potencial farmacológico da Amazônia, ao lembrar a futura implantação do Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da região, o *Problema-Amazônia*. Ele argumentou que, se o Brasil passar a receber royalties pelo conhecimento farmacológico exportado, o país teria um desenvolvimento menos desigual, o que "seria um benefício para os brasileiros".

Ele afirmou que a instalação de um moderno laboratório de química ecológica tropical na Amazônia Ocidental tornará possível encontrar alternativas econômicas para a região, mediante o levantamento da biodiversidade da Amazônia, capaz de dar suporte à bioindústria.

Miranda ressaltou que a Amazônia é a maior reserva mundial de biodiversidade e que essa riqueza tem valor evidente para a ciência. Para ele, um ecossistema tão complexo oferece aos pesquisa-



Miranda: benefício geral ao país  
dores "possibilidades infinitas de ampliar o conhecimento biológico".

De acordo com o senador, a exploração racional da biodiversidade da Amazônia possibilitará a exportação de seu conhecimento terapêutico tradicional e o reconhecimento do saber da gente da floresta. "uma verdadeira redenção para essas populações, que hoje vivem em condições de pobreza extrema".

Miranda elogiou a iniciativa dos ministérios do Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia com vistas à criação do *Problema-Amazônia*.

## Lobão saúda ministro do TCU que se aposenta

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou ontem a aposentadoria do ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, do Tribunal de Contas da União. Ele destacou a atuação do ministro no Legislativo, especialmente na Câmara dos Deputados.

Na plenitude de suas virtudes cívicas e com as inesgotáveis reservas de cultura e experiência no trato da coisa pública, o ministro Paulo Afonso se faz refém de um formalismo legal, que de há muito vem merecendo reparos em seu voo cego sobre os quadros da vida pública, pois deles retira valores com sobras de vigor e tirocínio para continuarem servindo à nação - afirmou o senador.

Edison Lobão disse que Paulo Afonso Martins de Oliveira, "na verdade e sem qual-



Lobão: exemplo para a República  
quer favor", foi um servidor exemplar da República, tornando-se, para todo o país, um modelo de exatidão e eficiência nos misteres de que se incumbiu. Na opinião do senador, não foi por outro motivo que, recentemente, o ministro recebeu medalha de reconhecimento "pelos cinquenta anos de uma folha de serviços repleta de qualificações e de mérito".

Sete senadores discursaram na aprovação do voto de louvor pela visita de João Paulo II, proposto em requerimento do presidente do Senado

## Jornada da Família com o papa recebe louvor

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento, encabezado pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, manifestando voto de louvor pelo sucesso da visita do papa João Paulo II à cidade do Rio, por ocasião da Segunda Jornada Mundial da Família.

Sete senadores se manifestaram durante o encaminhamento de votação do requerimento. O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, lamentou que o movimento contra o aborto "tenha envolvido até o papa num assunto que consta do Código Penal brasileiro desde 1942", que desconsidera como crime o aborto de mulheres estupidadas.

Jáder assinalou que o SUS é obrigado a atender a mulheres nessa situação.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que em 1980 recebeu, como governador de Minas, o papa, disse ter ficado surpreso com a debilidade física de Sua Santidade, mas acha que João Paulo II "está reavivado doutrinarmente".

Por sua vez, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) assinalou que o papa "realmente é o timoneiro da fé e representa os excluídos da sociedade". A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) frisou que o forte esquema de segurança na cidade do Rio, durante a visita, "incomodou todo mundo, inclusi-

ve o papa". O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) destacou que João Paulo II falou de questões dogmáticas, "mas não deixou de lado os problemas sociais".

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ao papa, onde aponta os problemas da distribuição de riqueza no Brasil. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o papa falou "de todos os excluídos da sociedade brasileira na frente do presidente da República e tudo que ele citou merece uma séria reflexão dos brasileiros".

## El Niño requer plano urgente, diz Benedita

Preocupada com as possíveis catástrofes que o fenômeno climático *El Niño* possa causar, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem a necessidade de o governo federal implementar, em caráter de emergência, uma política preventiva que tranquilize os cidadãos e articule os estados e municípios para que possam enfrentar os impactos agrícolas, urbanos e ambientais.

"O alerta coube aos cientistas, as providências cabem aos governos, nas três esferas, União, estados e municípios", enfatizou. Benedita ressaltou a importância das medidas de prevenção que as autoridades estaduais e municipais vêm adotando para minimizar os prejuízos previstos com a che-

Benedita: é preciso um plano nacional para enfrentar o fenômeno *El Niño*



gada do "evento climático do século". No entanto, considerou essas ações "fragmentadas e desarticuladas de um conjunto de diretrizes que deveriam formar um plano nacional".

Com o objetivo de analisar os efeitos do *El Niño* e propor medidas de prevenção permanentes, foi constituída Comissão Parlamentar do Senado que sugeriu o fortalecimento das estruturas estaduais e municipais, orientação de safras agrícolas,

desmilitarização dos corpos de bombeiros, definição de recursos para a Defesa Civil, entre outros. "O Senado Federal cumpriu o seu papel", afirmou a senadora.

- Estão aí colocadas, diante de nós, previsões gravíssimas. Devem estar melhor preparados os municípios. Devem estar melhor preparados os estados. Falta o governo federal ser mais atuante - concluiu.